COMISSÃO
EUROPEIA

Bruxelas, 7.12.2021
COM(2021) 771 final

RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO

sobre o cumprimento pela Autoridade Bancária Europeia dos requisitos relativos à localização da sua sede

1 INTRODUÇÃO

No contexto da saída do Reino Unido da União, os outros 27 Estados-Membros, reunidos à margem do Conselho dos Assuntos Gerais de 20 de novembro de 2017, escolheram Paris, França, como a nova sede da Autoridade Bancária Europeia (EBA)[1].

A localização da sede da EBA é estabelecida no artigo 7.º do Regulamento que cria a EBA[2] («Regulamento EBA») que, por conseguinte, teve de ser alterado[3] para transferir a sede de Londres para Paris. Para além da mudança de sede, a alteração do Regulamento EBA introduziu também novos requisitos relacionados com esta transferência, bem como a obrigação de a Comissão publicar um relatório até 30 de março de 2019 e, subsequentemente, de 12 em 12 meses, sobre o cumprimento destes requisitos por parte da EBA.

Nos termos do artigo 7.º do Regulamento EBA: «*A localização da sede da Autoridade não prejudica o exercício das suas atribuições e competências, a organização da sua estrutura de governação, o funcionamento da sua organização principal ou a principal fonte de financiamento das suas atividades, permitindo, se for caso disso, a partilha com agências da União de serviços de apoio administrativo e de gestão de instalações que não estejam relacionados com as atividades principais da Autoridade*».

A EBA forneceu os dados necessários para o cumprimento destes requisitos de apresentação de relatórios. Os dois primeiros relatórios foram publicados em 2019[4] e 2020[5]. O presente relatório é o terceiro elaborado ao abrigo da nova obrigação de apresentação de relatórios.

2 ACORDO DE SEDE DA EBA

Um acordo de sede foi assinado em Paris com o Governo francês em 6 de março de 2019. Em conformidade com o artigo 25.º deste acordo, a EBA concluiu os procedimentos internos para a sua entrada em vigor em 4 de março de 2019 e confirmou a sua conclusão ao Ministério dos Negócios Estrangeiros francês em junho de 2021. A EBA aguarda confirmação da conclusão dos procedimentos exigidos pela legislação francesa para que esse acordo possa entrar em vigor, incluindo a sua ratificação pelo Parlamento francês. A assinatura do acordo de sede não afetou o funcionamento nem a governação da EBA.

[1] Conselho dos Assuntos Gerais (artigo 50.º), 20 de novembro de 2017: https://www.consilium.europa.eu/pt/press/press-releases/2017/11/20/european-banking-authority-to-be-relocated-to-city-country/

[2] Regulamento (UE) n.º 1093/2010 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 24 de novembro de 2010, que cria uma Autoridade Europeia de Supervisão (Autoridade Europeia dos Valores Mobiliários e dos Mercados) (JO L 331 de 15.12.2010, p. 12).

[3] Regulamento (UE) 2018/1717 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 14 de novembro de 2018, que altera o Regulamento (UE) n.º 1093/2010 no que respeita à localização da sede da Autoridade Bancária Europeia (JO L 291 de 16.11.2018, p. 1).

[4] COM(2019) 451 final.

[5] COM(2020) 317 final.

Para além de refletir os requisitos do Protocolo n.º 7 relativo aos Privilégios e Imunidades da União Europeia[6], o acordo confere aos membros do pessoal da EBA uma autorização de residência especial FI (*Fonctionnaire International*), que atesta o seu estatuto de funcionários públicos internacionais em França (igualmente aplicável aos seus familiares). A EBA tem colaborado com o Serviço de Protocolo do Ministério francês da Europa e dos Negócios Estrangeiros e com as autoridades aduaneiras para assegurar a fluidez do processo no que se refere à chegada do pessoal e das suas famílias a França, à concessão de autorizações de residência especiais e à aplicação de privilégios fiscais à EBA. Até julho de 2021, 231 membros do pessoal e respetivos familiares receberam autorizações de residência especiais, aguardando-se o tratamento de dois outros pedidos.

Além disso, nos termos do acordo, o pessoal da EBA transferido de Londres para Paris podia adquirir ou importar um veículo isento de IVA no prazo de doze meses a contar da data da sua chegada a França. Até à data, 38 membros do pessoal usufruíram da oportunidade de adquirir e/ou importar um veículo isento de IVA e de o matricular ao abrigo do estatuto diplomático.

O artigo 9.º do acordo isenta a EBA do IVA incorrido sobre despesas oficiais sempre que o montante faturado sem IVA é superior a 150 EUR. Na prática, a EBA paga o IVA sobre os produtos que adquire em França, bem como sobre as aquisições às quais se aplica o regime MOSS[7], e solicita o reembolso desse IVA ao Governo francês. Até julho de 2021, a EBA solicitou o reembolso de 1 938 479,84 EUR, tendo recebido a totalidade deste montante.

Em conformidade com o artigo 19.º do acordo, o Governo francês abriu a Escola Europeia de Paris-La Défense em Courbevoie, em setembro de 2019. A escola proporciona um currículo abrangente, desde o ensino pré-escolar ao Diploma Europeu de Estudos Secundários, aos filhos do pessoal dos organismos da UE sediados na região de Paris, bem como aos alunos de origem internacional. Para além da acreditação para a creche, o ensino primário e o ensino secundário até ao ano 5, este ano o Conselho Superior das Escolas Europeias concedeu por unanimidade a acreditação para os anos do ensino secundário (anos 6 e 7). Tal dá acesso ao Diploma Europeu de Estudos Secundários. Desde setembro de 2021, a secção de língua inglesa compreende a totalidade do ciclo, desde a creche ao último ano do ensino secundário. A secção de língua francesa abrange um ciclo desde a creche até ao ensino primário. No ano letivo de 2020-2021, estavam inscritos na escola 20 filhos de membros do pessoal da EBA, todos eles na secção de língua inglesa.

3 GOVERNAÇÃO, FUNCIONAMENTO E EXECUÇÃO DAS ATRIBUIÇÕES DA EBA

O exercício das atribuições e competências da EBA, a organização da sua estrutura de governação, o funcionamento da sua organização principal e a sua principal fonte de financiamento não foram afetados pela transferência da sede. A EBA exerce plenamente as suas atividades nos novos escritórios em Paris desde o início de junho de 2019.

[6] JO C 202 de 7.6.2016, p. 266.
[7] https://europa.eu/youreurope/business/taxation/vat/vat-digital-services-moss-scheme/index_en.htm

A transferência da sede da EBA para Paris não teve qualquer impacto no facto de as atividades da EBA serem principalmente financiadas pela UE e pelas autoridades nacionais competentes. Para além deste financiamento, o Governo francês disponibiliza 8,5 milhões de EUR para cobrir os custos dos escritórios de Paris. Este financiamento está repartido entre 1,5 milhões de EUR para os custos de instalação, já recebidos e gastos, e 7 milhões de EUR para os custos de locação correntes, que devem ser recebidos ao longo dos nove anos do contrato de arrendamento, a fim de atenuar o impacto orçamental. Até à data, a EBA faturou e recebeu 5 075 000 EUR ao abrigo deste acordo.

As autoridades do Reino Unido continuam a ser responsáveis por créditos de IVA não liquidados avaliados em 581 000 EUR nas contas da EBA.

Partilha de serviços de apoio administrativo com outras agências da União

A EBA assinou um acordo de nível de serviço com a ESMA para a prestação de serviços contabilísticos e, desde abril de 2021, presta esses serviços à ESMA. O contabilista e o assistente contabilístico da EBA são partilhados entre duas agências, o que permite uma utilização mais eficiente dos recursos. O Conselho de Administração da ESMA nomeou o contabilista da EBA como contabilista da ESMA com efeitos a partir de 1 de julho de 2021.

A EBA e a EIOPA estão a executar conjuntamente um projeto de desenvolvimento de ferramentas de apoio à elaboração de um quadro de relato para efeitos de supervisão, que inclui a publicação de modelos de dados, o ciclo de vida completo das regras de validação e os pacotes de taxonomia XBRL. Um gestor de projeto da EIOPA é destacado para a EBA durante o período de duração do projeto.

A EBA e a EIOPA partilham serviços de computação em nuvem privada e serviços conexos de infraestruturas, fornecidos por um terceiro prestador, que foram concebidos e são continuamente monitorizados e melhorados pelas duas autoridades. A melhoria mais recente consiste num Centro de Operações de Segurança que as autoridades conceberam em conjunto e começaram a utilizar recentemente. A EBA e a EIOPA também já trabalham em conjunto na definição dos seus futuros serviços de computação em nuvem e da trajetória de migração para os mesmos, a partir de 2022.

A EBA e a ESMA também se coordenam estreitamente no que diz respeito aos seus procedimentos de adjudicação de contratos. O quadro seguinte resume a atividade neste domínio.

Agência principal	**Agências participantes**	**Procedimento**	**Estado**
EBA	ESMA	Serviços de gestão de resíduos	CQ[8] assinado em 2021
EBA	ESMA	Serviço de jardinagem em escritórios	CQ assinado em 2021

[8] Contrato-quadro

EBA	ESMA + 9 outras agências	Consultoria em matéria de proteção de dados	Em curso
EBA	ESMA, EUISS[9] e EUSPA[10]	Serviços médicos	Em curso
ESMA	EBA	Serviços de trabalhadores temporários	CQ assinado em 2021
ESMA	EBA	Serviços de correio rápido	Em curso

A EBA assegura a ligação entre o Gabinete de Coordenação de Contratos Públicos do Eurosistema (EPCO) e as outras duas ESA e coordena os debates para identificar e participar nos procedimentos de contratação geridos pelo EPCO. Recentemente, as ESA participaram em dois contratos-quadro sob a égide do EPCO: Serviços de aprendizagem eletrónica de línguas; e serviços de consultoria em matéria de informática, banca e finanças.

A EBA e a ESMA também participam numa rede de pessoas responsáveis pela contratação pública, pertencentes a organizações internacionais com sede em Paris.

Coordenação em matéria de COVID-19

Desde o início da pandemia, a EBA tem mantido as suas atividades, desempenhando todas as suas funções. A EBA tem mantido contactos regulares e estreitos com a ESMA e com organizações internacionais sediadas em França (OCDE e Interpol) para partilhar boas práticas em matéria de medidas tomadas durante o confinamento e planos de regresso ao trabalho presencial.

A EBA liderou a iniciativa de contribuir para a aquisição de equipamento de teletrabalho e coordenou o desenvolvimento de orientações com a EIOPA e a ESMA, a fim de assegurar o maior alinhamento possível entre as EAS.

A EBA também iniciou e coordenou a elaboração de uma carta conjunta dirigida às autoridades francesas no sentido de incluir o pessoal das agências da UE sediadas em França e os seus familiares que aí residem no programa nacional de vacinação. A carta, enviada em janeiro de 2021, foi assinada pelos diretores executivos de sete agências. O pessoal da EBA e os seus familiares elegíveis receberam posteriormente vacinas no âmbito desse programa. Tal apoiou igualmente os planos de transição da EBA de um ambiente de trabalho virtual para um ambiente de trabalho híbrido.

A EBA e a ESMA também coordenaram estreitamente as suas abordagens de regresso gradual ao trabalho presencial, com vista a assegurar o maior alinhamento possível.

[9] Instituto de Estudos de Segurança da União Europeia
[10] Agência da União Europeia para o Programa Espacial

4 CONCLUSÕES

Com base nas informações disponíveis, o exercício das atribuições e competências da EBA, a sua estrutura de governação, a sua organização principal e o financiamento das suas atividades não foram afetados pela transferência da sede para Paris, nem pelos acordos de cooperação administrativa com a ESMA e a EIOPA acima descritos, que não estão relacionados com as atividades principais da EBA.